

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE VARZEA GRANDE-MT**

Concorrência Eletrônica nº 02/2025.

Processo Administrativo 1044027/2025

Objeto: Contratação de uma empresa com especialização em engenharia civil, especificamente em execução de reservatórios apoiado e execução de adutora de interligação, localizados no município de Várzea Grande, conforme edital e anexos.

**Assunto: Impugnação ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 02/2025**

**Waldomiro Neto Lopes Ferreira**, pessoa física de direito privado inscrita no CPF sob o n.710.385.401-78, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 164, da Lei nº. 14.133-21 bem como item 11.1 “impugnação e esclarecimentos” do edital, apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Concorrência Eletrônica nº 02-2025, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos

## I – TEMPESTIVIDADE

De acordo com o Item 11.1, do Edital, “Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

Sendo assim, considerando que a sessão de abertura do certame entrega das propostas está marcada para o dia 29 de julho de 2025, apresentada a presente Impugnação na data de hoje 23/07/2025, tem-se como certamente tempestiva.

## II - DO PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A POSSIBILIDADE DE REVER SEUS PRÓPRIOS ATOS

Se faz necessário mencionar que a Administração Pública tem o poder de autotutela, isto é, possui a capacidade de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos. Assim, a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para corrigir os seus atos, podendo fazê-lo diretamente. Nesse diapasão, ergue-se as Súmulas nº. 346 e nº. 473 do STF, in verbis:

Súmula n. 346 do STF: A administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula n. 473 do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Ademais, a autotutela administrativa também está normatizada no art. 53, da Lei nº. 9.784/99:

“A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”.

Nesta medida, a autotutela impõe-se para a Administração Pública como um poder-dever de rever seus atos, realizando o controle de legalidades destes, o que pode ser feito independentemente de provocação.

No presente caso, impõe-se ao Município o poder-dever de rever seus atos, no que toca ao Edital da Concorrência Pública nº. 02/2025, pois na planilha orçamentária está com os itens extremamente defasado, utilização de bancos de preços em desconformidade com a Legislação e Tribunais de Contas, ausência de compatibilização sobre a mão de obra sobre esses diferentes bancos de preço, não há previsão em edital que os proponentes, quando da participação no certame, apresentem as composições unitárias referente aos itens orçados na proposta de preço, a composição detalhada de BDI e dos Encargos Sociais, bem como a previsão para as empresas optantes pelo regime de tributação “simples nacional” apresente o correto percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI.

Nessa esteira, deve a Administração rever o ato de publicação do Edital, a fim de corrigir a planilha orçamentária e incluir exigências legais para termos licitantes concorrendo em condições de igualdade e competitividade, sempre em busca pela proposta mais vantajosa.

## **II – DOS FATOS**

Trata-se de licitação promovida pelo Município de Várzea Grande – MT, através do Prefeito Municipal, do tipo menor preço global, na modalidade de Concorrência Eletrônica, sob o nº. 002/2025, objetivando os “Contratação de uma empresa com especialização em engenharia civil, especificamente em execução de reservatórios apoiado e execução de adutora de interligação, localizados no município de Várzea Grande, conforme edital e anexos”.

Após o oportuno acesso ao Edital e ao analisar os termos do instrumento convocatório, verificou-se a inexistência de condições que afrontam o ordenamento jurídico pátrio, em especial a Constituição Federal e a Lei nº. 14.133/21, além da jurisprudência e súmulas erguida pelo TCU bem como Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse sentido, demonstrar-se-á que alguns itens do Edital devem ser corrigidos e melhorados, diante da patente ilegalidade e contradição, uma vez que afrontam, primordialmente, os princípios Constitucionais da legalidade e da competição, estabelecidos no art. 37, XXI e caput da Constituição Federal.


Assim, cumpre destacar que o instrumento convocatório se encontra com valores no orçamento sem mencionar a quantidade a ser executada, ausência da obrigatoriedade de licitantes apresentarem documentos obrigatórios, comprobatórios para um julgamento de igualdade aos participantes, havendo violação ao ordenamento jurídico pátrio, como adiante será exposto.

Desse modo, impõe-se a retificação da Planilha orçamentária/Projeto Básico e do Edital atacado, visando a retificação para se ter uma disputa justa e de igualdade entre os

O que está falho no edital, e que se faz jus ser corrigido e incluído, são os valores das quantidades na planilha orçamentária, a obrigação do concorrente da apresentação das composições unitárias referências aos itens orçados na proposta, composição detalhada de BDI e Encargos Sociais, bem como a previsão para as empresas optantes pelo regime de tributação do “simples nacional” apresente o correto percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI.

Se faz necessário a inclusão desses documentos para garantir concorrência justa e igualitária e isonômica entre os participantes concorrentes e claro a busca do preço justo ao órgão público.

Com relação a planilha de orçamentaria disponibilizada por essa Prefeitura, constatamos que as planilhas si encontram extremamente defasadas, com referencia ao mês de julho/2024 exatamente 1 ano, e utiliza diversos bancos de preço de outros estados ocasionando equívoco no preço final, vejamos:

|  |                     |   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
|--|---------------------|---|------|----------------|---------|-------|---------------------|------------|-----------------|-------------|-------|
| <div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE<br/>VÁRZEA GRANDE</div></div> |                     | Termo de Compromisso MDR 0408670-44/2013 -<br>Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT  |      |                |         |       |                     |            | SINAPI JUL/2024 |             |       |
|  |                     |   |      |                |         |       |                     |            | NÃO DESONERADO  |             |       |
|  |                     |   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
|  |                     |   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
| OBRA:  |                     | AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
| DATA BASE PLANILHA SINAPI: JULHO DE 2024   |                     |   |      |                |         |       |                     |            | SER             | MAT         | FOR   |
| MUNICÍPIO: VÁRZEA GRANDE/MT  |                     |   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
| DATA REVISÃO: 19/09/2024   |                     |   |      |                |         |       |                     |            | 24,16%          | 14,02%      | 0,00% |
| ITEM   | PREÇO DE REFERÊNCIA | DESCRIÇÃO   | TIPO | CÓDIGO         | UNIDADE | QDADE | PREÇO UNITÁRIO      |            | VALOR R\$       | PERCENTAGEM |       |
|  |                     |   |      |                |         |       | NORMAL              | COM BDI    |                 | %           | %     |
| 1  |                     | EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO - RAP - 2.500 M² - FLORAIS   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
| 1.1  |                     | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
| 1.1.1  | COMPOSIÇÃO          | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA   | SER  |                | UN      | 0,20  | 259.586,40          | 322.354,39 | R\$ 64.470,88   | 100,00      |       |
|  |                     |   |      |                |         |       | TOTAL DO ITEM - 1.1 |            | R\$ 64.470,88   | 100,00      | 2,11  |
| 1.2  |                     | SERVIÇOS PRELIMINARES - CANTEIRO DE OBRAS   |      |                |         |       |                     |            |                 |             |       |
| 1.2.1  | ORSE                | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA - VER. 02. 01/2022   | SER  | 51 - 06/2024   | M²      | 9,00  | 375,59              | 466,41     | R\$ 4.197,69    | 17,56       |       |
| 1.2.2  | SINAPI - I          | LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS (NÃO INCLUI MOBILIZAÇÕES E DESMOBILIZAÇÃO) | SER  | 10775          | MES     | 8,00  | 832,50              | 1.033,80   | R\$ 8.270,40    | 34,61       |       |
| 1.2.3  | SINAPI - I          | LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITÁRIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATÓRIO E 1 MICTÓRIO (NÃO INCLUI MOBILIZAÇÕES E DESMOBILIZAÇÃO) | SER  | 10777          | MES     | 8,00  | 945,23              | 1.173,79   | R\$ 9.390,32    | 39,29       |       |
| 1.2.4  | ORSE                | INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, EM POSTE GALVANIZADO, EXCLUSIVO FORNECIMENTO DO MEDIDOR  | SER  | 9416 - 06/2024 | UN      | 1,00  | 1.642,85            | 2.040,09   | R\$ 2.040,09    | 8,54        |       |
|  |                     |   |      |                |         |       | TOTAL DO ITEM - 1.2 |            | R\$ 23.898,50   | 100,00      | 0,78  |

Itens como o 1.2.1 podem ser fácil mente encontrados na SINAPI-MT 06/2024 já com seu valor atualizado a realidade do Estado de Mato Grosso.

| BASE   | DATA    | CÓDIGO                   | DESCRIÇÃO  | TIPO            | UN. | VALOR ONERADO | VALOR DESONERADO |
|--------|---------|--------------------------|--|-----------------|-----|---------------|------------------|
| SINAPI | 06/2025 | 103689 <a href="#">🔗</a> | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS <a href="#">🔗</a> | Sem Tipificação | m²  | 464,35        | 461,43           |

A planilha "QCI - CP" contém o Quadro de Composição do Investimento da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água em Várzea Grande/MT. Ela informa que a data-base utilizada é julho de 2024, e cita como referência o **SINAPI**, é possível encontrar diversos itens utilizando base de preço **ORSE, SBC, CPOS e COTAÇÕES**.

A das utilizações das Base ORSE, SBC, CPOS usadas diretamente sem a devida compatibilização para obra em Mato Grosso afronta entendimento consolidado do TCU, a base ORSE é inadequada para obras em Mato Grosso, sendo obrigatória a adoção do SINAPI, SICRO que respeitam os valores SINDUSCON MT.

Essas inconsistências nos custos de mão de obra refletem em valores distintos para a mesma função ou serviço, o que infringe o princípio da isonomia de custos e pode mascarar superfaturamentos ou sub valorações. Esses valores devem seguir a convenção coletiva vigente, no caso, SINDUSCON-MT

A utilização de diversos bancos de dados como CPOS (06/2024) – São Paulo e ORSE (06/2024)– Sergipe, SBC (07/2024), A minuta de contrato em seu item 14.1, estabeleceu que a dotação orçamentara a ser utilizada na contratação, terá como fonte do recurso o convenio com o Governo Federal, deste modo a utilização destes bancos está em desconformidade com o Decreto 7.983/2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

Por se tratar de obra com recurso Federal, fica instituído o uso do Sinapi como base de referência para confecção das Planilhas Orçamentárias. O Decreto 7.983/2013 estabelece diretrizes que orientam nesse sentido conforme Art.º3:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação,

menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.


O uso de outros sistemas de referência com ORSE, SBC, CPOS, sem a devida compatibilização sobre a realidade local e sobre a mão de obra regulamentada pela SINDUSCON-MT, leva a uma interpretação equivocada dos preços.

Em análise é possível averiguar que os preços informados para as composições ORSE não batem com as referências para o período informado.

|        |      |  |     |                 |    |          |          |          |               |       |
|--------|------|--|-----|-----------------|----|----------|----------|----------|---------------|-------|
| 4.3.6  | ORSE | BOMBAMENTO PARA ESGOTAMENTO DE COMBUSTÃO DE 8 HORAS POR DIA ( CONSIDERANDO UM PERÍODO DE 60 DIAS X 8,00HS)                   | SER | 3090 - 06/2024  | H  | 250,00   | 6,48     | 8,05     | R\$ 2.012,50  | 0,14  |
| 4.3.13 | ORSE | CADASTRO DE REDE DE ÁGUA /ADUTORIAS  | SER | 6098 - 06/2024  | M  | 1.027,00 | 1,39     | 1,73     | R\$ 1.776,71  | 0,12  |
| 4.4.1  | ORSE | CORTE EM PAVIMENTO DE ASFALTO/CONCRETO.COM MÁQUINA E DISCO DIAMANTADO - VER 01   | SER | 11912 - 06/2024 | M  | 2.004,00 | 14,48    | 17,98    | R\$ 36.031,92 | 18,37 |
| 4.4.4  | ORSE | IMPRIMAÇÃO - EXECUÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL   | SER | 2592 - 06/2024  | M2 | 901,80   | 10,90    | 13,54    | R\$ 12.210,37 | 6,22  |
| 4.5.18 | ORSE | ASSENTAMENTO DE CONEXÕES EM FERRO FUNDIDO, JUNTAS ELÁSTICA DN 300MM  | SER | 5286 - 06/2024  | UN | 3,00     | 23,72    | 29,46    | R\$ 88,38     | 0,17  |
| 4.8.3  | ORSE | SINALIZAÇÃO COM CAVALETE PLÁSTICO DESMONTÁVEL  | SER | 5152 - 06/2024  | M  | 150,00   | 13,91    | 17,27    | R\$ 2.590,50  | 8,54  |
| 4.8.4  | ORSE | SINALIZAÇÃO DE VALAS COM PLACAS INDICATIVAS  | SER | 5157 - 06/2024  | M  | 1.403,10 | 3,23     | 4,01     | R\$ 5.626,43  | 18,55 |
| 4.8.5  | ORSE | PASSADICOS DE MADEIRA (PARA PEDESTRES)   | SER | 5153 - 06/2024  | M2 | 12,00    | 77,65    | 96,43    | R\$ 1.157,16  | 3,82  |
| 4.8.6  | ORSE | PASSADICOS METÁLICO (PARA VEÍCULOS)  | SER | 5154 - 06/2024  | M2 | 12,00    | 98,33    | 122,11   | R\$ 1.465,32  | 4,83  |
| 5.2.1  | ORSE | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA - VER 02, 01/2022   | SER | 51 - 06/2024    | M² | 9,00     | 375,59   | 456,41   | R\$ 4.137,69  | 17,56 |
| 5.2.4  | ORSE | INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, AEPEA, TRIFÁSICA, EM PÓRTICO GALVANIZADO, EXCLUISE FORNECIMENTO DO MATERIAL       | SER | 3416 - 06/2024  | UN | 1,00     | 1.642,85 | 2.040,09 | R\$ 2.040,09  | 8,54  |
| 5.5.11 | ORSE | LUVA DE EMENDA PARA ELE TRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 40 MM (1" 1/2), APARENTE, INSTALADA EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | SER | 13365 - 06/2024 | UN | 8,00     | 34,61    | 42,98    | R\$ 343,84    | 0,51  |
| 5.5.12 | ORSE | LUVA PARA ELE TRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 2"  | SER | 12462 - 06/2024 | UN | 4,00     | 18,53    | 23,01    | R\$ 92,04     | 0,14  |

| BASE | DATA    | CÓDIGO | DESCRIÇÃO   | TIPO                                 | UN. | VALOR ONERADO | VALOR DESONERADO |
|------|---------|--------|---|--------------------------------------|-----|---------------|------------------|
| ORSE | 06/2024 | 3090   | Bombeamento para esgotamento de valas com duração de 8 horas por dia            | Escoramentos de Valas, Cavas e Poços | h   | 6,54          | 6,54             |
| BASE | DATA    | CÓDIGO | DESCRIÇÃO   | TIPO                                 | UN. | VALOR ONERADO | VALOR DESONERADO |
| ORSE | 06/2024 | 6098   | Cadastro de Redes de Água / Adutoras  | Conversão InfoWorcka                 | m   | 1,41          | 1,41             |
| BASE | DATA    | CÓDIGO | DESCRIÇÃO   | TIPO                                 | UN. | VALOR ONERADO | VALOR DESONERADO |
| ORSE | 06/2024 | 11912  | Corte em pavimento de asfalto/concreto, com máquina e disco diamantado - Rev 01 | Demolições / Remoções                | m   | 14,50         | 14,50            |
| BASE | DATA    | CÓDIGO | DESCRIÇÃO   | TIPO                                 | UN. | VALOR ONERADO | VALOR DESONERADO |
| ORSE | 06/2024 | 2592   | Imprimação - execução com fornecimento de material                              | Imprimação                           | m²  | 11,01         | 11,01            |

Os itens relativos ao Reservatórios que correspondem a R\$ 10.868.592,50 (dez milhões oitocentos e sessenta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) não possuem aplicação do DBI.

|  |                     | Termo de Compromisso MDR 0408670-44/2013 - Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT   |      |        |         |      | SINAPI JUL/2024 |              |                         |
|---|---------------------|---|------|--------|---------|------|-----------------|--------------|-------------------------|
| OBRA:   |                     | AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA   |      |        |         |      | NÃO DESONERADO  |              |                         |
| DATA BASE PLANILHA SINAPI: JULHO DE 2024  |                     |   |      |        |         |      | SER             | MAT          | FOR                     |
| MUNICÍPIO: VÁRZEA GRANDE/MT   |                     |   |      |        |         |      | 24,18%          | 14,02%       | 0,00%                   |
| DATA REVISÃO: 19/09/2024  |                     |   |      |        |         |      | VALOR R\$       | PERCENTAGEM  |                         |
| ITEM  | PREÇO DE REFERÊNCIA | DESCRIÇÃO   | TIPO | CÓDIGO | UNIDADE | QDAD | PREÇO UNITÁRIO  | VALOR R\$    | PERCENTAGEM             |
| 1.4.1   | COTAÇÃO             | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RAP 2500 M3, COM DIÂMETRO INTERNO DE 21M, CONTENDO 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO CUSTADO 60CM, 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO TETO 60CM, ESCADA MARINHEIRO EXTERNA COM GUARDA CORPO COM REVESTIMENTO VITRIFICADO, EXCLUINDO (EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO E OBRAS E OBRAS CÍVIS), CONFORME PROJETO | FOR  | RAP-1  | UN      | 100  | 2.389.297,50    | 2.389.297,50 | R\$ 2.389.297,50 100,00 |
| 2.4.1   | COTAÇÃO             | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RAP 2500 M3, COM DIÂMETRO INTERNO DE 21M, CONTENDO 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO CUSTADO 60CM, 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO TETO 60CM, ESCADA MARINHEIRO EXTERNA COM GUARDA CORPO COM REVESTIMENTO VITRIFICADO, EXCLUINDO (EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO E OBRAS E OBRAS CÍVIS), CONFORME PROJETO | FOR  | RAP-1  | UN      | 100  | 2.389.297,50    | 2.389.297,50 | R\$ 2.389.297,50 100,00 |
| 3.4.1   | COTAÇÃO             | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RAP 2000 M3, COM DIÂMETRO INTERNO DE 21M, CONTENDO 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO CUSTADO 60CM, 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO TETO 60CM, ESCADA MARINHEIRO EXTERNA COM GUARDA CORPO COM REVESTIMENTO VITRIFICADO, EXCLUINDO (EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO E OBRAS E OBRAS CÍVIS), CONFORME PROJETO | FOR  | RAP-2  | UN      | 100  | 1.850.350,00    | 1.850.350,00 | R\$ 1.850.350,00 100,00 |
| 5.4.1   | COTAÇÃO             | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RAP 2500 M3, COM DIÂMETRO INTERNO DE 21M, CONTENDO 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO CUSTADO 60CM, 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO TETO 60CM, ESCADA MARINHEIRO EXTERNA COM GUARDA CORPO COM REVESTIMENTO VITRIFICADO, EXCLUINDO (EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO E OBRAS E OBRAS CÍVIS), CONFORME PROJETO | FOR  | RAP-1  | UN      | 100  | 2.389.297,50    | 2.389.297,50 | R\$ 2.389.297,50 100,00 |
| 6.4.1   | COTAÇÃO             | FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RAP 2000 M3, COM DIÂMETRO INTERNO DE 21M, CONTENDO 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO CUSTADO 60CM, 01 ESCOTILHA DE ACESSO PELO TETO 60CM, ESCADA MARINHEIRO EXTERNA COM GUARDA CORPO COM REVESTIMENTO VITRIFICADO, EXCLUINDO (EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO E OBRAS E OBRAS CÍVIS), CONFORME PROJETO | FOR  | RAP-2  | UN      | 100  | 1.850.350,00    | 1.850.350,00 | R\$ 1.850.350,00 100,00 |

Itens insumo do SINAPI lançados diretamente faltando a composição completa do serviço, exemplo os itens 1.3.11, 2.3.12, 3.3.12 e 6.3.12 que se referem ao concreto usinado do insumo de nr 34479 do SINAPI, mas o item é claro na descrição que não inclui o lançamento do concreto, sendo que o lançamento não está inserido no orçamento, que seria a composição 103673.

|        |            |  |     |        |       |           |        |          |                |       |  |  |  |
|--------|------------|--|-----|--------|-------|-----------|--------|----------|----------------|-------|--|--|--|
| 1.3    |            | <b>INFRAESTRUTURA E FUNDAÇÃO</b>   |     |        |       |           |        |          |                |       |  |  |  |
| 1.3.1  | SINAPI     | ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTEUMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2021   | SER | 90091  | M3    | 676,78    | 5,82   | 7,23     | R\$ 4.893,12   | 1,37  |  |  |  |
| 1.3.2  | SINAPI     | CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CACAMBA DE 17 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3)  | SER | 100974 | M3    | 245,43    | 8,53   | 10,59    | R\$ 2.599,10   | 0,73  |  |  |  |
| 1.3.3  | SINAPI     | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM, AF_07/2020)   | SER | 95876  | M3XKM | 4.712,25  | 2,20   | 2,73     | R\$ 12.864,44  | 3,60  |  |  |  |
| 1.3.4  | SINAPI - I | ARGILA OU BARRO PARA ATERRO DE ATERRO (RETIRODO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)   | SER | 6077   | M3    | 676,78    | 37,35  | 46,38    | R\$ 31.389,06  | 8,79  |  |  |  |
| 1.3.5  | SINAPI     | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM, AF_07/2020)   | SER | 95876  | M3XKM | 12.994,17 | 2,20   | 2,73     | R\$ 35.474,08  | 9,93  |  |  |  |
| 1.3.6  | SINAPI     | EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2019   | SER | 96385  | M3    | 676,78    | 11,11  | 13,80    | R\$ 9.339,56   | 2,61  |  |  |  |
| 1.3.7  | SINAPI     | FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021  | SER | 97086  | M2    | 21,67     | 121,26 | 150,58   | R\$ 3.263,07   | 0,91  |  |  |  |
| 1.3.8  | SINAPI     | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 3 CM. AF_07/2024   | SER | 95240  | M2    | 415,47    | 20,03  | 24,87    | R\$ 10.332,74  | 2,89  |  |  |  |
| 1.3.9  | SINAPI     | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8,0 MM. AF_09/2022   | SER | 92802  | KG    | 3.760,00  | 11,81  | 14,67    | R\$ 55.159,20  | 15,44 |  |  |  |
| 1.3.10 | SINAPI     | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2022  | SER | 92803  | KG    | 5.875,00  | 10,95  | 13,60    | R\$ 79.900,00  | 22,37 |  |  |  |
| 1.3.11 | SINAPI - I | CONCRETO USINADO BOMBÁVEL, CLASSE DE RESISTÊNCIA C40, BRITA 1 - 5 LUMP - 100 - 4 - 20 MM, COM BOMBAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA) SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)   | SER | 34479  | M3    | 103,96    | 812,13 | 1.008,50 | R\$ 104.742,81 | 29,32 |  |  |  |
| 1.3.12 | SINAPI     | ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTEUMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROSCAV. (0,28 M3), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2021  | SER | 90106  | M3    | 5,46      | 6,76   | 8,39     | R\$ 45,81      | 0,01  |  |  |  |
| 1.3.13 | SINAPI     | TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E RETROSCAV. MECANIZADO DE VALA COM RETROSCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CACAMBA: DA RETRO: 0,28 MPD/TONDA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CACAMBA DE 17 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3) | SER | 93378  | M3    | 4,73      | 20,62  | 25,61    | R\$ 121,01     | 0,03  |  |  |  |
| 1.3.15 | SINAPI     | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM, AF_07/2020)   | SER | 95876  | M3XKM | 14,11     | 2,20   | 2,73     | R\$ 38,52      | 0,01  |  |  |  |

Além do item citado, tem muitos insumos lançados diretos (principalmente no que se refere a material), itens que ficaram sem a mão de obra por não ser um composição.

| ITEM                       | PREÇO DE REFERÊNCIA | DESCRIÇÃO  | TIPO | CÓDIGO         | UNIDADE | QDAD | PREÇO UNITÁRIO |            | VALOR R\$            | PERCENTAGEM   |             |
|----------------------------|---------------------|--|------|----------------|---------|------|----------------|------------|----------------------|---------------|-------------|
|                            |                     |  |      |                |         |      | NORMAL         | COM BDI    |                      | %             | %           |
| 1                          |                     | <b>EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO - RAP - 2.500 M³ - FLORAIS</b>   |      |                |         |      |                |            |                      |               |             |
| 1.1                        |                     | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA  |      |                |         |      |                |            |                      |               |             |
| 1.1.1                      | COMPOSIÇÃO          | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA  | SER  |                | UN      | 0,20 | 259.586,40     | 322.354,39 | R\$ 64.470,98        | 100,00        |             |
| <b>TOTAL DO ITEM - 1.1</b> |                     |  |      |                |         |      |                |            | <b>R\$ 64.470,98</b> | <b>100,00</b> | <b>2,11</b> |
| 1.2                        |                     | <b>SERVIÇOS PRELIMINARES - CANTEIRO DE OBRAS</b>   |      |                |         |      |                |            |                      |               |             |
| 1.2.1                      | ORSE                | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA - VER. 02_01/2022   | SER  | 51 - 09/2024   | MP      | 9,00 | 375,59         | 466,41     | R\$ 4.197,69         | 17,56         |             |
| 1.2.2                      | SINAPI - I          | LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS (NÃO INCLUI MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO) | SER  | 10775          | MES     | 8,00 | 832,50         | 1.033,80   | R\$ 8.270,40         | 34,61         |             |
| 1.2.3                      | SINAPI - I          | LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITÁRIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATÓRIO E 1 MICTÓRIO (NÃO INCLUI MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO) | SER  | 10777          | MES     | 8,00 | 945,23         | 1.173,79   | R\$ 9.390,32         | 39,29         |             |
| 1.2.4                      | ORSE                | INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, AEREA, TRIFÁSICA, EM POSTE GALVANIZADO, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO MEDIDOR   | SER  | 9416 - 09/2024 | UN      | 1,00 | 1.642,85       | 2.040,09   | R\$ 2.040,09         | 8,54          |             |
| <b>TOTAL DO ITEM - 1.2</b> |                     |  |      |                |         |      |                |            | <b>R\$ 23.890,50</b> | <b>100,00</b> | <b>0,78</b> |

### III - Do Direito

Primeiramente é importante frisar que o Tribunal e Contas da União, através da súmula 222 decidiu que, as decisões tomadas por ele, relativos as normas gerais de licitações, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes do União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vejamos:

**SÚMULA TCU 222:** As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Desse modo, qualquer ato que não seja adequado às normas técnicas, acaba pondo à tona a legalidade de todo o procedimento licitatório. No caso em tela, ao adotar a escolha por critérios divergentes dos estabelecidos no edital, nos decretos, acórdãos, jurisprudências (que veremos alhures), a administração municipal contraria o disposto expressamente em lei.

A Lei 14.133-2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

f) **orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados**, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei; (grifo nosso)

(...)

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

(...)

§ 5º **Nas licitações de obras ou serviços de engenharia**, após o julgamento, o licitante vencedor **deverá** reelaborar e **apresentar à Administração**, por meio eletrônico, as **planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários**, bem como **com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais(ES)**, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.(grifo nosso)

Processo 18.382-2/2016 a qual gerou a Resolução Normativa nº 39/2016 TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, assim dispõe:

**Art. 6º** As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) devem integrar o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, e devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas sem que haja o respectivo detalhamento.

Corroborando com entendimento da Resolução Normativa nº 39/2016 o TCU publicou “Estudo sobre taxas referenciais de BDI de obras públicas e de equipamentos e materiais relevantes”, vejamos:

“198. Esse regime diferenciado não é considerado um tributo em si, mas sim uma modalidade de arrecadação unificada dos

seguintes tributos: a) IRPJ; b) IPI; c) CSLL; **d) COFINS; e) PIS/Pasep;** f) Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991; g) ICMS; e **h) ISS** (art. 13 da LC 123/2006). **O valor a ser recolhido é calculado a partir da aplicação de um percentual sobre o montante da receita bruta anual da ME ou EPP,** podendo ser diferenciado por setor econômico (indústria, comércio e serviços) e progressivo de acordo com o total da receita bruta auferida pelas empresas. No caso de atividades da construção civil, **as alíquotas do Simples Nacional estão previstas no Anexo IV da LC 123/2006.”**

(...)

“200. Dessa forma, nos orçamentos de obras públicas, a estimativa dos percentuais dos tributos do BDI ganha uma maior complexidade, visto que não é possível prever os diversos regimes de tributação que as empresas licitantes estão enquadradas, além da própria diversidade de tributos que compõem o Simples Nacional e da variabilidade de seus percentuais, bem como da exclusão das contribuições sociais do Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae etc.) do cálculo dos encargos sociais das obras. Em função disso, considera-se que o BDI do orçamento-base da licitação pode, por exemplo, estimar os percentuais dos tributos que incidem sobre o faturamento (ISS, PIS e Cofins) pelo regime comum e incluir os gastos previstos para o ressarcimento dos encargos sociais daquelas contribuições sociais.”

“201. Por outro lado, na fase de elaboração das propostas de preços, considera-se que a composição de BDI das ME e EPP contratadas pela Administração Pública deve prever alíquotas compatíveis com aquelas em que a empresa está obrigada a recolher, conforme os percentuais contidos no Anexo IV da LC 123/2006, e não incluir na composição de encargos sociais os gastos relativos ao ressarcimento das contribuições a que estão dispensadas de recolhimento, conforme disposto no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.”

(...)

203. Conclui-se, dessa forma, que a proposta de preços da empresa vencedora do certame, comprovadamente optante do Simples Nacional deve estar de acordo com as disposições previstas na LC 123/2006 quanto aos tributos que integram a composição de BDI e às contribuições do Sistema S que compõem os encargos sociais da obra, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública

Súmula 258 do Tribunal de Contas da União:

**“As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento** que compõe o



projeto básico da obra ou serviço de engenharia, **devem constar** dos anexos do edital de licitação e das **propostas das licitantes** e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas”.(grifo nosso)

Resolução 114-2010 do Conselho Nacional de Justiça e Acórdão 2622-2013 TCU:

Art. 14 - Os editais de licitação deverão exigir que as empresas licitantes apresentem os seguintes elementos:

- a) composições unitárias dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária;
- b) composição da taxa de BDI;
- c) composição dos encargos sociais.

Acórdão 2622-2013 do Tribunal de Contas da União:

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art.8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. **estabelecer, nos editais de licitação**, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária; (grifo nosso)

9.3.2.5. **prever, nos editais de licitação**, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar; (grifo nosso)

O que está sendo demonstrado foi tema de discussão perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através dos processos:

Processo 16.913-7/2019 TCE-MT:

*“Pelos fundamentos acima expostos, entendo presente o requisito da plausibilidade de violação do direito alegado para a concessão da medida cautelar pleiteada, considerando as*

*graves falhas apontadas no Edital de Tomada de Preços nº 003/2019: (I) omissão na exigência de composição dos custos unitários; (II) omissão na fixação de critérios objetivos de medição; (III) projeto básico deficiente; (IV) não observação do preço de mercado na elaboração do orçamento da licitação; (V) cláusulas restritivas à competição e (VI) não disponibilização dos projetos básicos na internet. (grifo nosso)*

Processo 18.471-3/2019 TCE-MT:

“após análise da peça de Representação e das manifestações dos Responsáveis, concluiu que, de fato, o Município de Barra do Garças, em seus editais de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, **descumpre as normas de regência do assunto, ao não exigir dos participantes do certame que apresentem em suas propostas as composições de preço unitário dos serviços**, tal como se apurou na análise dos editais da Tomada de Preços 12/2018 e Concorrências Públicas 1/2017 e 2/2019 (Doc. Digital 155048/2019)...

DETERMINO a expedição de recomendação ao Executivo Municipal de Barra do Garças para que, em futuros procedimentos licitatórios que envolvam a **contratação de obras e serviços de engenharia, faça constar expressamente nos editais a exigência para que os licitantes apresentem, em suas propostas, as composições de preços unitários de todos os serviços**, em cumprimento ao artigo 7º, § 2º, II da Lei 8.666/1993, Súmula 258 do TCU e Resolução Normativa 39/2016 do TCE-MT. (grifo nosso)

Além do mais o **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**, publicou o acórdão 28/2020 – PROCESSOS 16.914-5/2019 E 17.494-7/2019 – SC, através de uma REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA contra a prefeitura de NOVA MUTUM, que, no caso, não tinha em seu edital a obrigatoriedade de que licitantes apresentassem as COMPOSIÇÕES DE PREÇO UNITÁRIO junto com sua planilha orçamentária proposta na licitação, vejamos:

b.2) determinar à atual gestão, com fundamento no artigo 22, § 2º, da Lei Complementar nº 269/2007, **que passe a exigir nos futuros procedimentos licitatórios a composição de preços unitários das empresas licitantes**, nos termos da Lei nº 8.666/1993, especificamente o seu artigo 7º, § 2º, II, do entendimento do Tribunal de Contas da União exposto na Súmula nº 258 e do disposto na Resolução Normativa nº 39/2016 deste Tribunal. (grifo nosso).

A respeito do tema, no que diz respeito a importância das composições analíticas de preço unitário, e detalhamento das composições do BDI e Encargos Sociais, ensina Claudio Menezes, in verbis:

“Neste contexto, o orçamento detalhado das obras públicas é de fundamental importância para atendimento as minúcias e peculiaridades dos projetos a serem executados, como também no resguardo do erário público. Ademais, vale salientar que o fundamento monetário inicial de todo e qualquer orçamento detalhado de obras são as composições analíticas de preços

unitários, de onde origina tudo aquilo que vai nortear o planejamento, a execução e o controle da obra.”

Nesse mesmo sentido, há de se destacar as lições de Marçal Justen Filho, ao tratar sobre a exigibilidade da apresentação das planilhas de custos pela Administração Pública:

“A fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários envolve a existência de orçamento detalhado em planilhas. O tema tem relação com o disposto nos art. 7.º, § 2.º, II, da Lei de Licitações. Ali está determinado que somente pode ser instaurada a licitação (especificamente para serviços) se, dentre outros requisitos, existir a discriminação dos custos envolvidos e a estimativa dos itens inerentes à execução do objeto. Por outro lado, o § 2.º, II, do art. 40 se refere ao orçamento estimado em planilhas contemplando quantitativos e preços unitários. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: lei 8.666/1993. 16. ed. rev., atual. e ampl São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 722.)

No que tange o Orçamento a Lei 14.133/2021 estabeleceu que o reajuste de preço se dará com a data base do orçamento estimada pela Administração.

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, **com data-base vinculada à data do orçamento estimado** e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.**[grifo nosso]**

Não foi encontrado no Edital/Projeto Básico a possibilidade de **Reequilíbrio do Contrato** apenas sobre o Reajuste que se dará de maneira Anual o que diverge do posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, que firmou sua jurisprudência sobre o tema conforme a RESOLUÇÃO DE CONSULTA nº 04/2022.

2) Independentemente do prazo de duração do ajuste, o edital de licitação e o contrato devem dispor sobre os critérios de reajustamento de preço, com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. A ausência de previsão no edital e no contrato não impede o direito do contratado ao reajuste em sentido estrito, tendo em vista que decorre da lei e da Constituição Federal (artigos 40, XI e 55, III da Lei 8666/93 e artigos 25, §7º, e 92, §3º, da Lei 14.133/2021;)

[...]

6) O reajuste de preços e a repactuação não são excludentes entre si, podendo incidir em um mesmo instrumento contratual, quando com a Lei nº 14.133/21, o legislador foi expresso ao diferenciar estes dois institutos jurídicos, fundados em causas jurídicas diversas, o que, portanto, não excluiria de forma automática a aplicação de ambos na mesma relação contratual.

Sobre a utilização de bancos de preços de preços diferentes dos estipulados no Decreto nº 7.983/2013, o Tribunal de Contas da União já reafirmou sua jurisprudência diversas vezes sobre o tema.

Acórdão nº 1626/2022 – Plenário, rel. Ministro Marcos Bemquerer Costa

“Quanto ao sistema de preços da EMOP, pode ser aplicado como fonte de valores referenciais, apenas subsidiariamente às tabelas do Sicro e do Sinapi e na região da sede da Empresa Tecnosolo Engenharia S.A.: Estado do Rio de Janeiro. Ressalto que a obra em análise se localiza no Estado do Paraná, o que torna inadequado o uso do sistema da EMOP para este caso.”

Acórdão 2.056/2015 – Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes

“A Administração Pública deve observar, em suas licitações de obras e serviços de engenharia, os referenciais oficiais de mercado, em especial o Sinapi e o Sicro, justificando tecnicamente a adoção de valores distintos dos constantes desses sistemas.”

Acórdão 719/2018 – Plenário, rev. Ministro Benjamin Zymler).

“As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro), estabelecidos no Decreto 7.983/2013 – no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União -, bem como no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016.”

Acórdão 2.628/2020 – Plenário, rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira

“O Sinapi e o Sicro representam fontes prioritárias para a orçamentação de obras e serviços de engenharia das empresas estatais, devendo restar demonstrada a inviabilidade de seu uso para a utilização de outras fontes (art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016).”

Conforme já exposto a data base do orçamento é julho/2024 o que já garantiria o direito ao licitante o ingresso ao pedido de reajuste sobre os preços, no ato posterior a assinatura do contrato, a manutenção do orçamento com tais preços fere o Art. 46, §2º c/c art. 6º, incisos XX e XXIV da Lei 14.133/2021, conforme entendimento do TCU.

Acórdão nº 952/2025 – Plenário rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues.

9.2. dar ciência ao DNIT, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que a utilização de parâmetro desatualizado, como o número N, empregado no dimensionamento da estrutura do pavimento, para fins de anteprojeto nas contratações integradas, não possibilita a devida caracterização da obra, em desarmonia ao disposto no art. 46, §2º c/c art. 6º, incisos XX e XXIV da Lei 14.133/2021;

Como demonstrado, é evidente que as alterações são necessárias para melhor aplicação do Edital, deve estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame, com fito de

garantir a execução do objeto advindo da futura contratação dentro dos parâmetros de exequibilidade aceitáveis, com vistas a preservar a supremacia do interesse público.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso já formou sua jurisprudência sobre o tema aplicando multas ao Gestor e ao Engenheiro responsável pelo Orçamento e Projeto.

#### PROCESSO Nº 16.330-9/2016

76. O art. 3º do Decreto n.º 7.983/2013, estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, determinando que *“o custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil”* (grifo nosso).

77. Nesse contexto, a substituição do preço oficial deve ser empreendida em casos concretos onde, indiscutivelmente, haja incoerências grosseiras nos preços dos insumos, e nas hipóteses em que tais inconsistências sejam materialmente relevantes e capazes de propiciar enriquecimento ilícito do contratado.

#### ACÓRDÃO Nº 21/2020 – TP

Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER. Representação de Natureza Interna acerca de supostas irregularidades na contratação e na execução objeto do Contrato nº 19/2015. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. PROCEDÊNCIA. RESSARCIMENTO SOLIDÁRIO. APLICAÇÃO DE MULTA E DETERMINAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 16.330-9/2016.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XV, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 30-E, IX, e § 1º, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, de acordo com o Parecer nº 3.106/2017 do Ministério Público de Contas e acompanhando a proposta de voto do Relator, em: I) CONHECER a presente Representação de Natureza Interna acerca de irregularidades na contratação e na execução objeto do Contrato nº 19/2015, formulada em desfavor da Prefeitura Municipal de Colíder, gestão, à época, do Sr. Nilson José dos Santos, neste ato representado pelos procuradores Rony de Abreu Munhoz – OAB/MT nº 11.972 e Michael Cesar Barbosa Costa – OAB/MT nº 27.088, sendo o Sr. Jandir Svierk Filho – engenheiro eletrecista e de segurança do

trabalho, neste ato representado pelos procuradores José Carlos de Oliveira Guimarães Junior – OAB/MT nº 5.959, Rodrigo Augusto Fagundes Teixeira – OAB/MT nº 11.363, Fábio Silva Teodoro Borges – OAB/MT nº 12.742 e Marcos Vinícius Oliveira Ferreira da Silva – OAB/MT nº 19.662, e a empresa executora Delta Service Construções Elétricas Ltda., representada legalmente pelo Sr. Valdiney de Souza Silva, em virtude de auditoria realizada nos procedimentos de contratação e execução da obra de iluminação pública da Rua Marechal Rondon, realizada pela Tomada de Preços nº 01/2015; II) no mérito, julgá-la PROCEDENTE, em razão da caracterização das irregularidades GB06, JB02 e JB99, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; III) DETERMINAR aos Srs. Nilson José dos Santos (CPF nº 567.547.521-49) e Jandir Svierk Filho (CPF nº 007.910.720-61) e à empresa Delta Service Construções Elétricas Ltda. (CNPJ nº 12.968.238/0001-94) que restituam aos cofres públicos, solidariamente, a quantia de R\$ 127.242,37 (cento e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos), devidamente atualizados, conforme dispõe o artigo 70, II, da Lei Complementar nº 269/2007; IV) APLICAR aos Srs. Nilson José dos Santos e Jandir Svierk Filho e à empresa Delta Service Construções Elétricas Ltda., para cada um, a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do dano, nos termos do artigo 75, II, da Lei Complementar nº 269/2007 e do artigo 287 da Resolução nº 14/2007; e, V) DETERMINAR à atual gestão que, na realização de processo licitatório de obras e serviços de engenharia, elabore o orçamento base conforme o disposto nos artigos 3º e 6º do Decreto Nacional nº 7.983/2013 e, subsidiariamente, nos artigos 15, § 1º, e 43, IV, da Lei nº 8.666/1993. A restituição de valores e as multas deverão ser recolhidas com recursos próprios, no prazo de 60 dias. Os boletos bancários para recolhimento das multas estão disponíveis no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – <http://www.tce.mt.gov.br/fundecontas>.

Portanto, trata-se de uma exigência legal que fornece dados cruciais para a elaboração da proposta, além de justificar o serviço e os montantes contratados. Dessa forma, ao permitir que todos vejam essas informações de maneira clara, a Administração Pública garante que todos possam competir em igualdade. Isso também ajuda a fiscalizar o contrato que será feito no futuro.

Neste contexto, é relevante recordar que as licitações e os contratos administrativos são regidos por princípios, entre os quais se destaca o princípio da legalidade, o qual estabelece a obrigatoriedade de a Administração Pública e os licitantes atuarem sempre em estrito conformidade com as normas legais – conforme previsão expressa no art. 37, caput, da Constituição Federal.

É relevante salientar, neste ponto, que o princípio da legalidade, no que diz respeito às licitações, é imperativo, especialmente quando comparado ao princípio da competitividade. Dessa forma, apesar de se prezar pela concorrência entre as licitantes, em busca da proposta mais vantajosa, esse movimento não pode ser considerado contra as disposições legais.

Diante dos argumentos apresentados, é perceptível que a manutenção do ato administrativo mantido nos termos originais implicará uma contratação com base em valores subdimensionados e, consequentemente, inexecutável, uma vez que apresenta um Edital com vícios. Sendo assim, é necessário retificar o instrumento convocatório em questão, informando a apresentação correta dos documentos necessários para compor a proposta de preço, composta pelas composições dos preços unitários, dos tributos e dos encargos sociais, no instrumento convocatório para a Concorrência Eletrônica no 02/2025.

#### **IV – Da necessidade de republicação do Edital de licitação quando houver modificação nas suas regras.**

Dispõe o art. 55, §1º da Lei nº. 14.133-2021, que qualquer modificação no Edital exige divulgação na mesma forma que se deu o texto original, com a abertura do prazo inicialmente estabelecido. Nesse turno, assevera:

Art. 55 Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

§1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Ademais, infere-se do dispositivo acima, que a única exceção para a reabertura do prazo, ocorre quando essa alteração não afetar a formulação das propostas.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, analisando situação semelhante, determinou, cautelarmente, a promoção de republicação de edital após realizar modificações no edital. Entendeu a Corte de Contas que a ausência de republicação do instrumento convocatório, especialmente por se tratar de modificações que afetaram a formulação das propostas, impediram a participação de empresas potencialmente interessadas no certame, mesmo que não dispusessem da documentação exigida inicialmente, passariam a ter condições de participar da licitação após a modificação, fato que deveria ter levado à republicação do edital e reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos, conforme previsto no art. 55, §1º, da Lei n. 14.133-2021.

Portanto, fica evidenciada a necessidade de republicação do edital, com a respectiva reabertura do prazo inicialmente estabelecido, uma vez que a obrigação dos licitantes em apresentar a Composição de Custos, que é indispensável na formulação das propostas, encontra-se ausente no atual edital.

Como bem explorado, a manutenção do edital em sua forma atual viola normas legais e entendimentos consolidados, comprometendo a legalidade e a eficiência do certame. Esta impugnação visa resguardar o interesse público e a igualdade entre os licitantes, em conformidade com a legislação vigente.

#### **V – DO PEDIDO**

Em face do exposto, requer-se que seja a presente Impugnação recebida, nos efeitos devolutivos e suspensivo para que:

1 – Seja julgada procedente.

2 - Corrigida a planilha orçamentária atualizando os valores para a realidade do Estado de Mato Grosso (SINAPI-MT).

3 – Seja incluído a mão de obra para os itens da composição SINAPI – I.

4 – Seja incluído a Aplicação do BDI para as composições COTAÇÃO – cód. RAP 1 e RAP – 2.

5 - Retificado o instrumento convocatório, a fim de solicitar que os licitantes apresentem, junto a proposta de preço, as composições unitárias referências aos itens orçados na proposta, composição detalhada do BDI e Encargos Sociais, bem como a previsão para as empresas optantes pelo regime de tributação do “simples nacional” apresente o correto percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI;

6 – Seja apresentado as cotações para os item cotados pela administração.

7 – Caso a planilha não seja atualizada, seja garantido ao licitante vencedor o direito de reajuste e/ou reequilíbrio em ato contínuo a assinatura do contrato, com base no § 7º do Art. 25 da Lei 14.133/2021, da Resolução de Consulta nº 04/2022, e do Item 12 do Projeto Básico.

8 - Em caso de Alteração da planilha, em sequências, que seja o edital republicado, já que as alterações impactam diretamente no envio das propostas pelas licitantes;

9 – Caso a Comissão de Contratação não entenda pela retratação, que os autos com a presente Impugnação sejam remetidos à Autoridade Superior.

Termos em que pede deferimento.

Waldomiro Neto Lopes Ferreira  
CPF n.710.385.401-78